

Economia estará mais aberta a concessões políticas

FHC foi pressionado por ministros e governadores para suavizar o discurso muito economicista

SILVIA FARIA
e DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – Da nova composição do Ministério de Fernando Henrique Cardoso pode-se esperar uma política econômica mais concessiva a demandas políticas, ainda que não esteja em cogitação nenhuma mudança de orientação estrutural. O fortalecimento político do Palácio do Planalto, com a chegada de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e a instalação de Pedro Parente na Casa Civil, com o deslocamento de Clóvis Carvalho para a pasta do Desenvolvimento, indicam que, na execução, a economia será administrada com maior sensibilidade política.

Essa é a principal leitura de analistas palacianos e lideranças do PFL e PSDB da composição da nova equipe que toma posse amanhã. O presidente recebeu repetidas pressões de tucanos como os governadores Mário Covas (SP), Tasso Jereissati (CE), e os ministros José Serra (Saúde) e Paulo Renato (Educação) para “suavizar” o discurso excessivamente economicista que marcou o primeiro mandato.

Já se esboça dentro do governo um movimento de pressão sobre o ministro da Fazenda, Pedro Malan, principal peça de resistência à proposta. Mas Fernando Henrique deu o recado, quando substituiu Carvalho por Parente. E deixou claro que quer a economia casada com a política, ao designar Parente como intermediário entre o governo federal e o PFL baiano, na busca de solução para o impasse em torno da concessão de incentivos para a fábrica da Ford na Bahia.

Apesar de sua origem técnica, Parente desenvolveu

sensibilidade para os problemas políticos, ao negociar acordos de refinanciamento das dívidas estaduais. Conquistou credibilidade e simpatia entre os governadores, que lhe rendeu apoio fiel de uma das maiores lideranças pefelistas, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Esse viés rendeu antipatias ao futuro ministro da Casa Civil e muitas vezes o colocou em colisão com seus colegas da equipe econômica, conhecida por sua característica eminentemente técnica.

“As últimas eleições e as pesquisas de opinião não deixam dúvidas de que a sociedade quer um discurso diferente de estabilização; é preciso empenho para dar início ao desenvolvimento, que foi a promessa que reelegeu o presidente”, observou uma liderança política.

Entorno – Desde a saída do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e seu irmão José Roberto, além do economista André Lara Resende, logo após a reeleição, Fernando Henrique viu desmontado um projeto de desenvolvimento cuidadosamente preparado para ser a pedra de toque do segundo mandato.

A crise econômica externa, por sua vez, mobilizou o governo no esforço de superá-la. Desde o fim do ano passado, Fernando Henrique dedicou a maior parte de seu tempo à articulação de apoio externo ao Brasil.

Durante esse período, o presidente se apoiou crescentemente no ministro Pedro Malan e no Banco Central. Superada a fase aguda da crise, os principais interlocutores do presidente, principalmente de sua base de apoio político, consideram que chegou o momento de mudar o enfoque econômico de seu governo, que

prevaleceu até agora. “O País já acumulou condições de crescer; a economia demonstrou que sobreviveu ao momento mais difícil e tem vigor para avançar rapidamente”, avaliou o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, foi outro interlocutor que aconselhou maior ênfase ao crescimento econômico. “O governo venceu a cultura inflacionária, apesar do susto cambial”, disse ele. “Prova de que temos lastro para avançar”, acrescentou.

No discurso de apresentação do novo Ministério Fernando Henrique frisou que não pretende abrir mão da estabilidade. Mas ressaltou que “também a estabilidade – se não tiver o desenvolvimento – não cria raízes”. E prometeu que o governo vai

se empenhar na criação de condições de desenvolvimento da economia, porque as grandes mudanças só têm sentido se melhorarem o cotidiano da sociedade, na opi-

nião do presidente.

Equipe – Com a nova equipe ministerial, Fernando Henrique acredita ter garantido maior eficiência na administração da máquina pública. De acordo com análise de um frequentador tucano do Palácio da Alvorada, os ministros substitutos são mais eficientes e articulados do que seus antecessores.

O escolhido para a Justiça, o criminalista José Carlos Dias, por exemplo, tem mais capacidade executiva e estatura técnica do que o senador alagoano Renan Calheiros. Dará mais dinâmica aos assuntos que falam diretamente à sociedade, como o direito do consumidor.

Ronaldo Sardenberg, na avaliação desse tucano, porá em ordem a casa desarticulada por seu antecessor Luiz Carlos Bresser Pereira.

Carvalho, procedente do setor privado, experiente gerente de assuntos do Executivo, terá mais condições de colocar o Ministério do Desenvolvimento para funcionar do que Celso Lafer, que respondia pela pasta.

Martus Tavares, na pasta do Orçamento, mantém a coesão e competência técnica da equipe deixada por seu antecessor Pedro Parente. E Fernando Bezerra, que assumirá o novo Ministério da Integração Nacional é, de acordo com esse tucano, um dos peemedebistas de melhor nível político e profissional.

MALAN É
PRINCIPAL
PEÇA DE
RESISTÊNCIA